



Câmara de Barcelos aprova “acordo da água” com “total oposição” do PS

A Câmara de Barcelos aprovou sexta-feira, com os votos contra do PS, um acordo com a concessionária da água e saneamento do concelho, que “livra” o município de pagar mais de 200 milhões de euros. No imediato, e como condição prévia para o acordo, vão ser aumentadas, em 7,658%, as tarifas da água e saneamento, com efeitos a partir de janeiro deste ano.

pag. 03

Fotorreportagem Carnaval 2023 Barcelos e Esposende

pag. 08 e 09



APA ainda não sabe quais e quantas edificações vai demolir entre Caminha e Espinho

Algumas destas intervenções já deviam ter acontecido, como é o caso da retirada de construções em Ofir Sul, em Fão, e em Pedrinhas/Cedovém, em Apúlia, no concelho de Esposende, cujas intervenções, classificadas como de prioridade elevada, estavam programadas para o espaço temporal entre 2019 e 2021. Até ao momento, nenhuma destas ações avançou.

pag. 05

Municípios da Resulima contra “escalada” dos preços da gestão de resíduos

Em 2020 a gestão por tonelada era de 1,72 euros, em 2021 a tarifa subiu para 7,88 euros, em 2022 foi fixada em 26,49 euros e em 2023 atinge os 43,82 euros, sendo que em 2024 subirá para 66,17 euros.

pag. 02

pub.



Póvoa de Varzim,
Vila do Conde e
Esposende



Municípios da Resulima contra “escalada” dos preços da gestão de resíduos

Os presidentes dos municípios que integram o Conselho Consultivo da Resulima classificaram na quinta-feira passada de “insustentáveis, desajustados e inoportáveis” os aumentos dos novos tarifários pela prestação do serviço de gestão de resíduos.

Redação
redacao@nsemanario.pt

Em comunicado conjunto, os autarcas de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo acrescentam que vão solicitar uma reunião ao ministro do Ambiente para o sensibilizar para o problema.

A tomada de posição surgiu após conhecimento do novo projeto de decisão sobre os proveitos permitidos – totais e tarifas reguladas – para o período regulatório 2022-2024, enviado pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

“Pelo facto de estes acréscimos de tarifa pela prestação do serviço de gestão de resíduos se revelarem insustentáveis para os municípios e para os seus munícipes, ambos cli-

entes da Resulima, entendem os representantes dos municípios no Conselho Consultivo manifestar o seu total desacordo com a presente proposta de decisão, que não acompanha a realidade da capacidade económica atual dos municípios e dos cidadãos, pois os mesmos não conseguem suportar estes crescentes e significativos encargos”, refere o comunicado.

A Resulima é a empresa que gere o aterro sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado e tem como acionis-

tas as câmaras de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo (detêm 49% do capital) e a Empresa Geral do Fomento (51%).

Os autarcas dizem que, somados aos aumentos de 2021, as novas tarifas revelam-se “inoporáveis e desajustadas”, tanto para os municípios, como para os cidadãos “a quem estes custos devem ser repercutidos”.

Destacam a “escalada” de preços,

dando conta que em 2020 a gestão por tonelada era de 1,72 euros, em 2021 a tarifa subiu para 7,88 euros, em 2022 foi fixada em 26,49 euros e em 2023 atinge os 43,82 euros, sendo que em 2024 subirá para 66,17 euros.

Para os municípios, há que fazer uma “séria e urgente reflexão sobre a capacidade de a sociedade suportar os crescentes encargos, com as exigentes metas ambientais definidas para o país”.

Propõem a reavaliação do modelo económico atualmente em vigor e a sua eventual substituição por um modelo suportado num “significativo aumento dos apoios públicos ao funcionamento e manutenção destes sistemas”.

Nesse sentido, sugerem a avaliação da possibilidade do aumento da comparticipação dos investimentos realizados e a realizar na construção do aterro sanitário da Resulima em Paradela, Barcelos.



PCP reuniu com Associação de Pescadores de Esposende

Jorge Ferreira
jorgeferreira@nsemanario.pt

A Comissão Concelhia de Esposende do Partido Comunista Português reuniu com a Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, no passado dia 11 de fevereiro, tendo sido abordada a intervenção de dragagem com vista ao desassoreamento da zona estuarina e o funcionamento da lota.

“Ficou patente que, não obstante a importância da intervenção de

desassoreamento na foz do Cávado, a mesma configura uma situação de remedeio, não garantindo a existência de um canal de navegação que permita, ao longo do tempo, a navegabilidade na barra”, refere o PCP. Também foi referido que importa apurar “até que ponto os efluentes da ETAR localizada junto à Ponte de Gandra/Fão não constituem um dos motivos principais de assoreamento de toda a zona estuarina do Cávado”.

Quanto ao funcionamento da lota, a Associação de Pescadores dis-

se que a venda de pescado tem aumentado significativamente, explicando também o modelo de funcionamento implementado,

praticamente único em todo o país.

“Tratou-se de uma reunião da maior importância, porquanto os dados fornecidos habilitam o PCP a prosseguir a sua ação e luta em defesa da classe piscatória do concelho de Esposende, desde logo, no que concerne ao aumento da sua segurança e condições trabalho”, venceu o PCP no final da reunião.



Câmara de Barcelos aprova “acordo da água” com “total oposição” do PS

A Câmara de Barcelos aprovou sexta-feira, com os votos contra do PS, um acordo com a concessionária da água e saneamento do concelho, que “livra” o município de pagar mais de 200 milhões de euros. No imediato, e como condição prévia para o acordo, vão ser aumentadas, em 7,658%, as tarifas da água e saneamento, com efeitos a partir de janeiro deste ano.

Redação
redacao@nsemanario.pt

O acordo prevê o alargamento da concessão por mais 20 anos e ainda o pagamento, por parte do município, de 18 milhões de euros à concessionária, a Águas de Barcelos (AdB).

No imediato, e como condição prévia para o acordo, vão ser aumentadas, em 7,658%, as tarifas da água e saneamento, com efeitos a partir de janeiro deste ano.

Com este acordo, o município livra-se de pagar uma indemnização de 172 milhões de euros à AdB, decretada por um tribunal arbitral para reposição do equilíbrio financeiro da empresa e que neste momento, com juros, já ascende a mais de 200 milhões.

Para o Presidente da Câmara, Mário Constantino, a aprovação do acordo representa “um momento histórico”, que resolve “um problema gravíssimo que se arrastava há 13 anos”, evitando o pagamento de uma condenação judicial de mais de 200 milhões de euros, “que levaria à paralisação de todas as atividades e obras do município”.

“Através do diálogo e da persuasão, cumprimos um dos nossos mais importantes compromissos eleitorais e conseguimos atenuando a subida do tarifário e garantindo a ligação gratuita de ramais de água e saneamento. Ao mesmo tempo, e também pela primeira vez, vamos ter tarifas sociais de água e saneamento para famílias carenciadas e famílias numerosas”, sublinhou.

A Câmara refere que a aprovação deste acordo acaba com um conflito que remonta a 2010, quando o anterior executivo municipal “re-



cusou à concessionária o pedido de reequilíbrio financeiro estipulado contratualmente, levando o caso para os tribunais, num litígio que se prolongaria no tempo”.

No que respeita a investimentos, a concessionária terá de efetuar um investimento de cerca de 32 milhões de euros no desenvolvimento de novos ramais de abastecimento de água e de redes de saneamento. Neste aspeto, também a Câmara se compromete a investir cerca de 6 milhões, alargando desta forma a cobertura do saneamento a praticamente 80% do território.

PS votou contra

Os vereadores do PS votaram contra e expressaram a sua “total oposição política” a este acordo, considerando “que se revela a pior opção e que não irá resolver os erros originais do contrato que o PSD escandalosamente criou”.

Os socialistas dizem ainda que “é previsível” que nem a entidade reguladora (ERSAR) dê parecer favorável ao acordo e que nem o Tribunal de Contas dê seu visto “a tal descalabro contratual e financeiro”.

Para o PS, a proposta de acordo votada é “desproporcionada, irrealista, desequilibrada e reveladora de má gestão pública”.

O PS fala num “aumento enorme” de tarifários e de receitas para a concessionária, sublinhando que esta terá, em termos de receitas brutas ao longo dos restantes 31 anos, “mais de mil milhões de euros de receitas”.

Um aumento que, sublinha o PS, “resulta sobretudo dos aumentos tarifários e das projeções anuais de atualização destes, quer com base na inflação, quer com base nas cláusulas que estabelecem os critérios de atualização”.

Os socialistas aludem a um “acordo leonino” em favor da concessionária, que servirá de fundamento a novas querelas judiciais.

“A proposta apresentada, sob todos os pontos de vista, revela-se pior, mais gravosa e não menos ruínosa para o município e municípios do que aquela que resultaria do cumprimento da decisão do Tribunal Arbitral”, sustentam.

O acordo foi aprovado com os votos dos seis vereadores da coligação PSD/CDS/BTF [movimento independente Barcelos, Terra de Fu-

turo] e ainda do vereador Alexandre Maciel, que foi eleito pelo PS, mas que, entretanto, se afastou da bancada socialista, assumindo-se como independente. Os quatro vereadores do PS votaram contra.

Este acordo agora aprovado em reunião de câmara, terá ainda de ser aprovado pela Assembleia Municipal e pela ERSAR.

A água e o saneamento do concelho de Barcelos foram concessionados em 2004, por 30 anos, à Águas de Barcelos (AdB), numa altura em que a Câmara era liderada pelo PSD.

Entretanto, e por os consumos ficarem muito aquém do previsto, a AdB requereu, em 2009, a reposição do reequilíbrio financeiro, implicando “um aumento substancial nos tarifários (38%) e uma indemnização financeira em cerca de 25 milhões de euros”.

Em 2009, a Câmara passou para as mãos do PS, que ao longo de 12 anos tentou, primeiro, o resgate da concessão, por 87 milhões de euros, e depois para a aquisição de 49%, por cerca de 60 milhões.

Ambos os negócios foram aprovados pela Assembleia Municipal, mas nenhum se concretizou.

CDU em Fão para mais uma sessão “Viver melhor na nossa terra”

Problemas de mobilidade, a quase inexistente agenda cultural da freguesia, a acessibilidade e qualidade dos serviços de apoio à praia, o património e as questões do ambiente, nomeadamente, associadas à pressão de construção sobre duna primária e secundária, e a usurpação de espaços público, foram alguns dos assuntos em debate.

Redação
redacao@nsemanario.pt

Realizou-se na tarde de sábado passado, 18 de fevereiro, na sede da Junta de Freguesia de Fão, uma sessão pública promovida pela CDU, sob o lema "Viver melhor na nossa terra". A iniciativa contou com a presença de cerca de duas dezenas de fangueiros que participaram ativamente nas discussões dos problemas da freguesia.

Relativamente à mobilidade, os principais pontos abordados foram o mau estado do pavimento de algumas ruas, a inexistência de passeios ou a existência de passeios em mau estado, estreitos e com rampas inadequadas, sendo dado como exemplo a Avenida S. Januário. Um dos intervenientes alertou para a necessidade de alterar a orientação dos bueiros. As caixas de escoamento de águas pluviais na Avenida da praia e ponte, tal como se encontram, “podem provocar acidentes aos ciclistas por travagem repentina do andamento”. A iluminação insuficiente das ruas foi também referida como um problema à mobilidade noturna. No que diz respeito às questões ambientais, os participantes manifestaram preocupação com o funcionamento da ETAR. Foi abordado o problema das descargas de resíduos da mesma que têm causado a deposição de lamas no leito do rio Cávado. “Cumprir as regras de tratamento dos resíduos, tem custos para a empresa, mas as descargas tal como acontecem têm custos para todos nós”, manifestou um popular. Foi, também, destacada a falta de estratégia para preparar a implementação dos normativos, sobre a separação de lixo. Ainda, sobre a recolha do lixo, um participante chamou a atenção para o facto da empresa SUMA não ter em conta as características de perfilhamento das ruas de Fão e serem usadas viaturas de recolha de lixo de dimensões não compatíveis com a largura das ruas pitores-

cas. Além dos aspetos anteriores, foi relatada a usurpação de espaços públicos, o que tem gerado desconforto e incómodo para os moradores da freguesia, surgindo questões como: “Se as margens dos rios são públicas, como podem vedá-las, como acontece na zona do Clube Náutico de Fão?”; “Como podem ter vedado o espaço envolvente às torres do Ofir, criando condomínios fechados, usando espaços públicos e o mesmo, relativamente ao espaço de estacionamento do Hotel do Ofir? O que já fez a Junta para esclarecer este problema?”. A praia foi o tema que mais intervenções gerou. Foi referido, por mais do que um interveniente, o mau funcionamento dos sanitários de apoio à praia. “A higienização e horário de funcionamento dos sanitários deveriam ser uma preocupação para o poder autárquico”, referiu um dos presentes. Também a dificuldade de estacionamento gerou discussão. “Os autocarros de transporte de crianças deveriam conseguir entrar no Parque de Estacionamento, bem como, serem criados espaços de estacionamento mais amplos, sem prejuízo do pinhal, ou seja, em zonas fora da duna primária e secundária e encontrarem-se formas alternativas de ligação à praia, com vaivéns regulares e frequentes”, sugeriram. Também, o estado de degradação dos passadiços ao longo do Rio Cávado, bem como a degradação dos painéis informativos, gerou o debate acerca da cogestão do Município do Parque Natural Litoral Norte, do qual dependem.

Passando aos serviços de lazer e saúde, foi afirmada a insuficiente política social. “O enorme aumento dos preços de utilização das piscinas de Esposende vedou o acesso a muitos fãozenses. Não deveria de haver uma política de apoio da autarquia?”, exclamou um interveniente. Falou-se, também, no não incentivo ao trabalho de voluntariado para a



preservação e criação de espaços verdes: “Como se explica que sejam plantadas árvores por Associações de âmbito ambiental que posteriormente são destruídas?”. A poda radical de árvores, a seleção de árvores para determinados locais, “onde posteriormente se verifica a necessidade do seu abate ou o uso abusivo de herbicidas, são aspetos que não podem acontecer numa política de preservação ambiental que ‘fica bonito’ defender”. Este último aspeto, mereceu uma discussão em torno da necessidade de uma educação ambiental que contrarie práticas muito enraizadas na comunidade.

A ausência de uma agenda cultural específica da freguesia, não dependente da municipal, foi apontado como uma prioridade. “Sendo Fão uma terra que acolhe tantas pessoas, principalmente na época balnear, merecia uma agenda de atividades que enaltecêssem a terra e o bem-estar das pessoas”, apontou um fangueiro.

Por último foram apontados alguns problemas pontuais que mereciam a atenção da junta para intervir, tais como o estado de degradação da Pousada da Juventude: “sendo este espaço um cartão emblemático da freguesia, como se pode deixar chegar o edifício ao estado de degradação atual?”; “tínhamos uma caixa de multibanco (ATM) que se perdeu, o que foi feito para a recuperar?”; “O ‘ringue’ do Centro Paroquial de Fão,

está em muito mau estado de conservação. As crianças que lá brincam não merecem melhor?”; “A necrópole está completamente abandonada. Os turistas que pretendam conhecê-la não dispõem de informação para lá chegarem. Será porque o seu estado de manutenção é vergonhoso e é melhor não darem com ela?”.

Para a CDU, esta sessão “foi bastante produtiva e permitiu que os participantes partilhassem as suas preocupações e contribuíssem com ideias para melhorar a qualidade de vida na freguesia”.

“Criar um espaço digital para os fãozenses poderem alertar para problemas identificados evitando que estes se arrastarem e as soluções não surjam; fazer a história da nossa terra a partir de depoimentos dos mais idosos e da sua sabedoria; política de apoio social a idosos combatendo os inacessíveis preços, para muitos, dos Centro de Dia e outros equipamentos; desenvolvimento de uma educação para a leitura, permitindo o acesso aos livros através de bibliotecas itinerantes, à semelhança do que acontece com as escolas e a visita regular da carrinha com livros”, foram algumas das propostas ouvidas pelos responsáveis comunistas.

A CDU comprometeu-se a dar seguimento às questões levantadas, com vista a encontrar soluções e implementar medidas que possam contribuir para “viver melhor na nossa terra”.

APA ainda não sabe quais e quantas edificações vai demolir entre Caminha e Espinho

Algumas destas intervenções já deviam ter acontecido, como é o caso da retirada de construções em Ofir Sul, em Fão, e em Pedrinhas/Cedovém, em Apúlia, no concelho de Esposende, cujas intervenções, classificadas como de prioridade elevada, estavam programadas para o espaço temporal entre 2019 e 2021. Até ao momento, nenhuma destas ações avançou.

Redação/Lusa
redacao@nsemanario.pt

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) reiterou na última quarta-feira, 15 de fevereiro, quase dois anos depois da entrada em vigor do Plano da Orla Costeira Caminha-Espinho, não ser possível “quantificar ou identificar as edificações a demolir”, esclarecendo que serão alvo de estudo.

“Se, no âmbito da concretização da estratégia definida para a Área Crítica, se verificar a indispensabilidade da demolição e/ou realocação de uma qualquer construção, estas intervenções serão planeadas e executadas em função da legalidade das referidas ocupações do domínio hídrico. Não é, desde já, possível quantificar ou identificar as edificações a demolir”, referiu aquela entidade.

O Plano da Orla Costeira Caminha-Espinho (POC-CE), que entrou em vigor em agosto de 2021, identifica 46 áreas críticas, determinando o recuo planeado de dezenas de núcleos habitacionais e a

proteção, no Porto, da Praia Internacional, junto ao Edifício Transparente, cuja demolição, tal como mais três dezenas de edifícios, estava inicialmente prevista.

Confrontada sobre o andamento do processo, a APA esclareceu que “relativamente à demolição de construções localizadas no domínio hídrico, mantém-se a indicação de demolição de todas as construções cuja localização se considera inadequada face ao risco e que não prestem apoio às atividades de interesse público na área como a prática balnear”.

A indicação de demolição mantém-se ainda para as construções que não apresentem condições para adaptação/reabilitação de acordo com os requisitos funcionais e construtivos determinados no Regulamento de Gestão das Praias Marítimas.

Até ao momento, a APA não esclareceu, contudo, quais os edifícios que se enquadram concretamente nestes parâmetros, sublinhando apenas que “Áreas Críticas não têm implementação imediata, e serão objeto de estudos de especialidade, no âmbito dos quais será efetuada e aprofundada a sua programação, execução e financiamento”.

Contudo, e de acordo com o pro-



grama de execução do POC-CE Caminha-Espinho, disponibilizado na página oficial da Agência Portuguesa do Ambiente, algumas destas intervenções já deviam ter acontecido, como é o caso da retirada de construções em Ofir Sul, em Fão, e em Pedrinhas/Cedovém, em Apúlia, no concelho de Esposende, cujas intervenções, classificadas como de prioridade elevada, estavam programadas para o espaço temporal entre 2019 e 2021. Até ao momento, nenhuma destas ações avançou.

A indefinição da APA quanto à demolição destas construções em domínio hídrico tem sido alvo de sucessivas críticas do presidente da Câmara do Porto, o independente Rui Moreira, que ainda em setem-

bro de 2022 disse “continuar a não compreender” os critérios do POC-CE, nem os “avanços e recuos” relativamente a imóveis na frente marítima, como o Edifício Transparente.

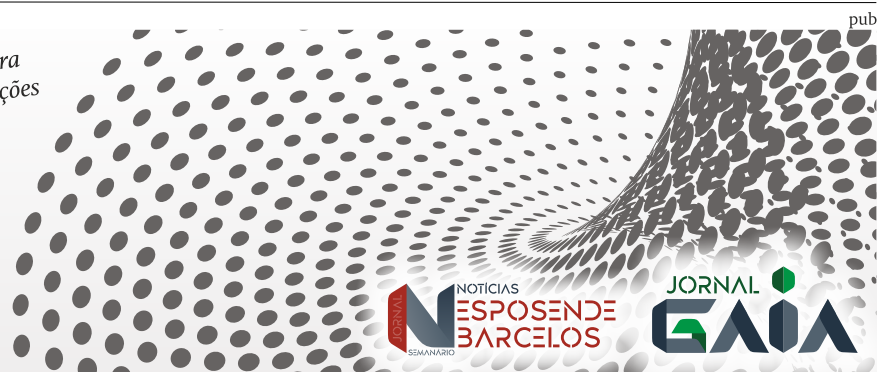
A primeira versão do POC-CE, conhecida em 2018, determinava a destruição de 34 edifícios, entre eles o Edifício Transparente, construído no Porto durante a Capital Europeia da Cultura em 2001 e que custou 7,5 milhões de euros. A destruição do imóvel, projetado pelo arquiteto catalão Solà-Morales, era “o peso pesado” de uma lista onde figuravam vários edifícios, sobretudo de restauração, e centenas de casas de 14 núcleos habitacionais (sete são de origem piscatória).

Serviços Gráficos

cartões
cartazes - flyers
brochuras - catálogos
montras e viaturas
reclamos - campanhas
redes sociais & web

condições especiais para
Coletividades e Instituições

grafica@nsemanario.pt
www.nsemanario.pt/grafica



/Opinião

“Olhares”



Laurentino Regado

Decorreu na semana passada um Conselho de Ministros temático sobre Habitação. No final, em conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro, o Ministro das Finanças e a Ministra da Habitação apresentaram-se frente aos jornalistas a apresentar um programa massudo, complexo e recheado de medidas que criam uma teia tão complexa de onde dificilmente sairá resultado positivo a médio prazo.

Importa frisar que o direito à habitação está consignado no Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) desde 1975, que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, acrescentando que incumbe ao Estado “programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transporte e de equipamento social”, assim como promover com as autarquias locais a construção de habitações económicas e sociais, ao mesmo tempo que deve “estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada”, também é papel do Estado “incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução”, ao mesmo tempo o “Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”.

A partir dos anos 80 do século passado o governo português, seguindo a regra neoliberal da economia, entregou praticamente ao mercado a resolução dos problemas de habitação no país. E, como em tudo, a função do mercado é o lucro e não a implementação de políticas sociais.

Hoje, confrontados com o problema da habitação, que há anos que se via qua a bolha ia rebentar, o governo optou por apresentar um extenso e pesado caderno de medidas de resolução desta problemática que, devido à sua complexidade, quer jurídica quer racional, se torna difícil a sua concretização. Espero é que na discussão pública haja forma de simplificar e descomplexar este pacote de medidas.

Os governos anteriores nada fizeram neste sentido e ainda complica-

ram mais o sector quando a “Lei Cristas” promoveu centenas ou milhares de despejos na cidade de Lisboa. A “lei Cristas” é uma alteração, efetuada em 2012, ao Novo Regime de Arrendamento Urbano instaurado em 2006, promovido pelo então ministro da Administração Interna, António Costa. Este regime descongelava as rendas correspondentes a arrendamentos anteriores a 1990, estabelecendo regras para esse descongelamento e uma moratória de dez anos para a transição para uma renda atualizada.

Ora, a voracidade do mercado e os senhorios com possibilidade legal de despejar inquilinos com contratos antigos, foi “ouro” para a especulação imobiliária. Se juntarmos a isto a euforia que já estava em curso do turismo, foi com facilidade que se alteraram e licenciaram prédios de habitação, não só em condomínios de luxo como em Alojamento Local.

Um das medidas anunciadas que suscitaram mais discussão, quer dos partidos da oposição quer dos comentadores, foi decisão do governo sobre as casas devolutas que irá “tomar posse administrativa” deste tipo de casas, diz serem ser mais de 700 mil por todo o País.

Mas o que é uma casa devoluta?

A definição está na lei apenas para efeitos de IMI. Uma casa devoluta é referida como um “imóvel destinado a habitação num aglomerado urbano que está desocupado num período superior a um ano”. “Considera-se devoluto o prédio urbano ou a fração autónoma que durante um ano se encontre desocupada, sendo indícios de desocupação a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações, de fornecimento de água, gás e eletricidade e a inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade e telecomunicações”, estabelece a lei de 2006.

Na lei estão previstas várias exceções para casas que poderiam ser consideradas devolutas, mas que não o são. Caso não haja alteração à Lei em vigor e seja cumprido um destes requisitos ou exceções um imóvel nestas condições não está sujeito a arrendamento coercivo:

1. - Destinado a habitação por curtos períodos em praias, campo, terras e quaisquer outros lugares de vilegiatura, para arrendamento temporário ou para uso próprio;
2. - Adquirido para revenda por pessoas singulares ou coletivas, nas mesmas condições do artigo 7.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003;
3. - Que seja a residência em território nacional de emigrante português;
4. - Que seja a residência em território nacional de cidadão português que desempenhe no estrangeiro funções ou comissões de carácter público ao serviço do Estado Português, de organizações internacionais, ou funções de reconhecido interesse público, bem como dos seus respetivos acompanhantes autorizados;
5. - Integrado em empreendimento turístico ou inscrito como estabelecimento de alojamento local – esta alínea poderá ver alterações, já que Costa prometeu que não serão emitidas mais licenças para alojamento local nos centros urbanos ou zonas de pressão urbanística
6. - Se os consumos de água e eletricidade mínimos não sejam atingidos devido a impedimento objetivo de utilização do imóvel, designadamente em virtude de disputa judicial quanto à respetiva posse, devido à verificação de qualquer dos fundamentos previstos no n.º 2 do artigo 1072.º do Código Civil ou por motivos de formação, saúde, prestação de cuidados permanentes enquanto cuidador informal ou permanência em equipamento social, desde que devidamente comprovados.

Em suma, parece-me que a maioria dos prédios devolutos no país estão abrangidos pelas exceções legais, pelo que não será por aqui que o problema da falta de habitação fique resolvido e que a oposição, sem ideias e soluções, vê goradas as suas expectativas da inconstitucionalidade.

Com uma oposição tão má, qualquer fraco governo brilha!

/Opinião

Os factos vistos à lupa



André Pinção Lucas
e Juliano Ventura

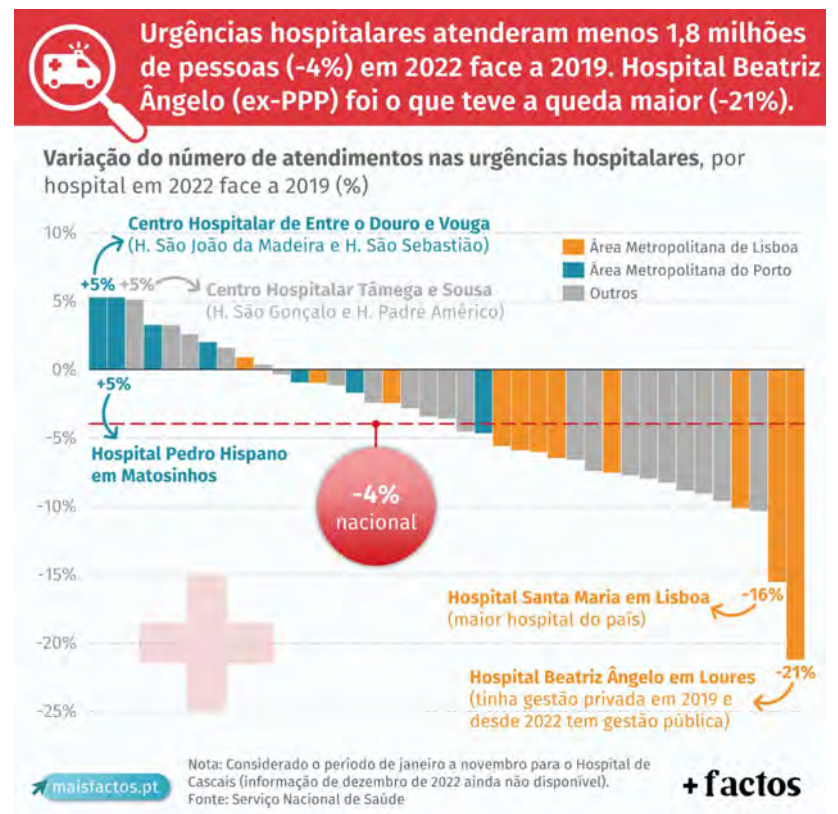
O caos verificado nas urgências do Serviço Nacional de Saúde foi tema de destaque ao longo de praticamente todo o ano de 2022. A dificuldade dos serviços de urgência em darem resposta às necessidades dos portugueses, fez com que os tempos de espera se tenham tornado extremamente elevados. Essa será uma das principais explicações para que em 2022 tenha havido menos 1,8 milhões de pessoas atendidas nas urgências hospitalares face a 2019 (-4%), uma descida de 40,4 milhões para 38,6 milhões de atendimentos. Comparativamente com 2021 e 2020, houve um crescimento, uma vez que nesses anos se fez sentir o impacto da pandemia de Covid-19, por isso a comparação com 2019 (último ano pré-pandemia) permite uma análise mais rigorosa.

Face a 2019, a quebra nos atendimentos em 2022 foi ainda mais elevada nas urgências obstétricas, com uma diminuição de 11%. Foi notícia ao longo do último ano o encerramento temporário de diversos serviços de urgência obstétrica, um pouco por todo o país.

Entre os hospitais do SNS verificaram-se bastantes disparidades, sobretudo a nível geográfico. Se os hospitais em que se verificou um aumento de atendimentos nos serviços de urgência entre 2019 e 2022 são predominantemente hospitais do norte do país (principalmente

da Área Metropolitana do Porto), foi nos hospitais da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que se verificou uma maior quebra nos atendimentos (3 dos 4 hospitais portugueses com maior variação negativa são da AML). Entre os hospitais com maior descida, em termos percentuais, encontram-se o Hospital Beatriz Ângelo, em Loures (-21%), que tinha gestão privada em 2019 e desde 2022 tem gestão pública, o Hospital de Santa Maria, em Lisboa (-16%), que é o maior hospital do país, a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (-10%) e o Hospital Garcia de Orta, em Almada (-10%). Só no Santa Maria foram atendidas menos 276 mil pessoas face a 2019. No maior hospital do norte, o Hospital de São João, houve um aumento de 2% nos atendimentos.

O sistema de saúde precisa de reformas urgentes, alheias de fundamentalismos ideológicos e que coloquem os portugueses no centro da decisão. Torna-se mais evidente hoje que, por exemplo, o fim das PPP na saúde foi um erro. Uma análise holística, que vá para além do SNS, é essencial, para assegurar que não ficamos reféns de um sistema que tem degradado os seus níveis de qualidade e que segrega cada vez mais os cidadãos (quem tem possibilidades, pode ir ao privado, onde os tempos de espera são reduzidos, enquanto os outros ficam limitados às intermináveis filas de espera do SNS).



FICHA TÉCNICA: N SEMANÁRIO ESPOSENDE - BARCELOS
Redação: Av. Eng. Lusa Faria, lj 5 - 4740-268 Esposende



Fundadores: José Maria da Silva Ferreira, José Pedro Monteiro Ferreira, Fernando Jorge Monteiro Ferreira **Diretor:** Fernando Jorge M. Ferreira **Sub-diretor:** José Pedro M. Ferreira
Proprietário/Editor: JRPW, Avenida da República 868 - 4430-190 Vila Nova de Gaia, inscrita como Empresa Jornalista na ERC com o nº 223993, Registo na ERC nº 1263038
Depósito legal nº 328843/1 Detentores do Capital da Empresa com mais de 20%: José Pedro Monteiro Ferreira e Fernando Jorge Monteiro Ferreira
Colaboradores: André Pinção Lucas, Ilídio Torres (prof.) José Belo, Gil Nunes, Sampaio Azevedo, Laurentino Regado, Lígia Mourão, Joana Medeiros, Beatriz Santos e Pedro Silva

CONTATO:
960 397 714

Locais de Venda: Postos de Venda de Jornais em Esposende e Barcelos **Assinatura anual:** Portugal: 30 euros - Resto da Europa: 70 euros
Estatuto Editorial: www.nsemanario.pt **Email:** nsemanario@gmail.com

BARCELOS



ESPOSENDE



/Opinião

Portugal, a energia e o futuro



Carlos Fiolhais

(Físico e comunicador de ciência)

Um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta é o das alterações climáticas globais, isto é, o sobreaquecimento da superfície da Terra provocado pelas emissões dos gases de efeito estufa, o mais importante dos quais é o dióxido de carbono (CO₂). Qualquer combustão leva a emissões deste gás, cujas moléculas têm a propriedade de absorverem e emitirem a radiação infravermelha que o nosso planeta envia. Este vaivém de energia entre a superfície da Terra e a atmosfera causou um incremento da temperatura média à superfície do nosso planeta 1,2 °C acima dos níveis pré-industriais. Com o Acordo de Paris de 2015 ficou estabelecido que a temperatura do globo não deveria nunca ultrapassar os 2 °C ao longo das próximas décadas e que, preferencialmente, não deveria ultrapassar os 1,5 °C. Este último objectivo é hoje praticamente impossível a avaliar pelo teor do último relatório, o sexto, do IPCC – Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, das Nações Unidas (os documentos dos grupos de trabalho do IPCC estão já disponíveis na Internet desde o ano passado).

O que há a fazer para travar as alterações climáticas? A resposta é simples, embora a sua concretização seja muito difícil. As emissões de CO₂ têm vindo a subir. É necessário que diminuam. Temos que emitir menos CO₂, desejavelmente nenhum, ou melhor, equilibrar quaisquer emissões com absorções de modo a obter um resultado líquido nulo (net zero). Os vários países estão a fazer voluntariamente promessas de redução: Portugal prometeu net zero para o ano de 2050.

O sector da energia é um dos maiores emissores de CO₂. Precisamos de energia para os transportes, para a indústria, comércio e agricultura, etc. e, para obtermos essa energia, estamos ainda muito depen-

dentos dos combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão). O desafio climático é, em larga medida, o da mudança dessas fontes energéticas, que causam emissões, por fontes alternativas (energias hidroeléctrica, eólica, biomassa, solar, geotérmica e nuclear), que não causam ou causam muito menos. Urge, para além de poupar energia, abandonar as energias fósseis. Existe uma variedade de tecnologias disponíveis, mas não é fácil fazer a «transição energética», até porque as energias eólica e solar estão dependentes de condições meteorológicas que nem sempre estão reunidas, não sendo fácil armazenar as energias produzidas.

Vejam os dados portugueses. Na Pordata, que compila dados de fontes oficiais, está indicado o consumo de energia primária. A boa notícia é que desde o ano 2000, temos vindo a gastar menos energia: em 2000 consumimos 25.254 milhares de toneladas equivalentes de petróleo (tep) e em 2021 apenas 20.817. Mas a má notícia é que a maior parte das energias que usamos ainda está ligada aos combustíveis fósseis: no ano de 2021, o petróleo dá conta de 8456 milhares de teps (41% do total) e o gás natural de 4974 milhares de teps (24%). O carvão é hoje praticamente residual entre nós e ainda bem porque este é o combustível com mais emissões. As energias renováveis perfazem 6585 milhares de toneladas (32%). Vemos que ainda há um longo caminho a percorrer para o país diminuir o consumo de combustíveis fósseis, que continuam a ser necessários nos transportes e na indústria. A situação actual pesa na economia do país, uma vez que o petróleo e o gás natural são comprados ao estrangeiro.

A situação é melhor, se olharmos apenas para a produção de electricidade. Não somos autossuficientes nessa produção: nos últimos anos temos importado electricidade. Em 2021, foram produzidos entre nós 50.968 gigawatts hora de energia eléctrica (o gigawatt hora, GW h, é uma unidade de energia; 1 tep = 11,63 MW h). Houve 33,093 GW h de energias renováveis, o que perfaz 65% da produção total de energia eléctrica, uma fracção muito boa. À frente das energias renováveis está a energia hidroeléctrica (13.455 GW h), seguida de muito perto pela eólica (13.216 GW h): cada uma delas representa cerca de 26% do total da energia eléctrica. Há ainda a acrescentar a biomassa (4007 GW h), a fotovoltaica (2237 GW h) e a geotérmica (179 GW h), esta última só com expressão nos Açores. A evolução temporal da energia usada é um bom indicador da nossa transição energética: no ano 2000 as energias renováveis eram só 30% da energia eléctrica, mas a proporção subiu desde 2018 consistentemente acima de 50%. Prevê-se que continua a subir, de modo a cumprir a meta de net zero. A energia eólica tem potencial para crescer se forem colocadas unidades geradoras em áreas offshore (há um projecto para a zona ao largo da costa da Figueira da Foz) e o mesmo acontece com a energia fotovoltaica, dada a solaridade do país.

No panorama internacional, Portugal está bem colocado. Segundo um ranking de 2021 da Enerdata (uma consultora francesa do sector da energia), a Noruega lidera com 99% de energia renovável da produção eléctrica, seguida pela Nova Zelândia (81%) e pelo Brasil (78%). Portugal ocupa um honroso 7.º lugar, logo atrás da Suécia. O país está no bom caminho...

JORNAL
SEMÁNARIO

NOTÍCIAS
ESPOSENDE
BARCELOS

www.nsemanario.pt

geral@nsemanario.pt
t. 960 397 714



ASSINE
O N SEMANÁRIO

TESTE GRÁTIS POR 15 DIAS

Acesso ao PDF da edição em papel, downloads e newsletter exclusivas.

Ópera “Torre da Memória” conta histórias e memórias de Esposende

No âmbito das celebrações dos 450 anos da elevação de Esposende a vila e da fundação do concelho, o Quarteto Contratempus, em coprodução com o Município de Esposende, apresentará, no dia 4 de agosto, a ópera “Torre da Memória”. A criação artística incidirá sobre o mar e as suas gentes, inspirando-se no território de Esposende.

Jorge Ferreira
jorgeferreira@nsemanario.pt

Com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Bissaya-Barreto, este projeto arrancou, em 2020, com a recolha de histórias e memórias locais. Participaram nesse processo alunos das Escolas Básicas António Correia de Oliveira e de Apúlia, utentes do Centro de Acolhimento Temporário Emília Figueiredo (ASCRA) e homens e mulheres do mar. De resto, a comunidade esposendense prossegue a colaboração na fase atual, de produção artística. Após seleção, foi constituído um coro comunitário, composto por cerca de vinte participantes, provenientes de várias freguesias e faixas etárias distintas. O primeiro encontro formal do Coro Comunitá-

rio aconteceu no final do mês de janeiro, a encerrar a primeira residência artística, ação que contou com a presença da equipa de profissionais envolvidos no processo criativo.

Esta primeira residência decorreu em grande parte do mês de janeiro, tendo contemplado, além de ensaios, visitas temáticas ao território local, passando por sítios emblemáticos e de importância no contexto histórico-geográfico do concelho. Fizeram parte desse roteiro o Museu Marítimo de Esposende, os antigos Estaleiros Navais, o Castro e Centro Interpretativo de São Lourenço, o Dólmen do Rápido e o Centro Interpretativo do Junco, entre outros.

O processo de criação da ópera decorre de forma dinâmica, permitindo, ao longo das interações com o meio, a recolha de múltiplos con-



tributos para a sua conceção final. Financiada pela Direção-Geral das Artes, do Ministério da Cultura, a ópera é assinada por Francisca Camelo, no libreto, João Ricardo, na composição, cabendo a encenação

a Ivar Sverrisson que se deslocou da Islândia até Esposende para participar neste projeto. A direção musical e trabalho com o coro comunitário estará a cargo do maestro esposendense Diogo Costa.

José Viriato Capela no ciclo de Conferências dos 450 anos do Foral de Esposende

José Belo



O ciclo de Conferências "Identidade e Território", que vem decorrendo no âmbito das comemorações

do 450º Aniversário da elevação a Vila e criação do concelho de Esposende, vai ter esta sexta-feira uma nova sessão, desta feita com o historiador e investigador Prof. Dr. José Viriato Capela.

"O Interior e o Litoral – Dicotomia na Governança Municipal", é o tema sobre o qual Viriato Capela vai proferir a sua conferência, que terá lugar pelas 18h30 desta sexta-feira, 24 de fevereiro, no Fórum Municipal.

O Prof. Dr. José Viriato Capela, atualmente com 70 anos de idade e natural de Terras de Bouro, é Professor Catedrático da Universidade

do Minho desde 1998, sendo investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Universidade do Porto e membro da Academia Portuguesa de História. Foi ainda pró-reitor (2000) e vice-reitor (2003/06) da Universidade do Minho. Dedicou-se ao estudo da História do Municipalismo português, estando envolvido na publicação sistemática das Memórias Paroquiais de 1758 para todo o país.



“Vento norte, orgulho forte” anunciada a 2ª Marcha do Orgulho LGBTQIA+ de Esposende



A comissão organizadora da Marcha de Esposende anunciou a data para a 2ª Marcha do Orgulho LGBTQIA+ que se realizará no dia 7 de outubro de 2023, pelas 14:00h.

“Esposende teve o ano de 2022 marcado pelo início da luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ no concelho. Uma luta pelo direito à ocupação, à visibilidade, à representatividade e ao direito a existir”, começa por referir a comissão organizadora.

Este ano, a comissão organizadora vai lançar o pedido de hasteamento da bandeira LGBTQIA+ no edifício da Câmara Municipal, convidando assim os órgãos municipais à demonstração pública do seu apoio.

“A 1ª Marcha do Orgulho ficou marcada como um sinal de esperança e progresso. Por isso, este ano, a

marcha regressa com força, para dar continuidade a esta luta. A Comissão Organizadora da Marcha de Esposende convida toda a comunidade a estar presente e a erguer bandeiras connosco, «por todos nós», apelam.

Com o mesmo desejo de “unir a comunidade e o espírito de luta”, será organizada uma festa de angariação de fundos que ocorrerá no mês de agosto.

A 7 de outubro, após a Marcha, haverá uma festa “com quem queira participar e relembrar um dia de luta pelos direitos da comunidade. Será também um momento de convívio onde poderão conhecer caras novas e partilhar as vossas experiências”.

O lema da Marcha deste ano é “Vento norte, orgulho forte!”.

\\Jorge Ferreira

Atletismo Ricardo Dias e Laura Silva venceram a 1ª Corrida de Carnaval de Viana do Castelo

O forjanense Ricardo Dias, que representa atualmente o Clube de Atletismo Olímpico Vianense, venceu a 1ª Corrida de Carnaval de Viana do Castelo, que se realizou no passado sábado, 18 de fevereiro.

Esta prova, promovida pelo Município de Viana do Castelo no âmbito da divulgação de “Viana Cidade Europeia de 2023” e do programa de Carnaval “Viana em Folia”, contou com mais de 300 atletas, que cumpriram um percurso de 10 km. Com início e chegada na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Ricardo Dias cortou a meta isolado e com o tempo de 30m45s, repetindo a vitória no mesmo local e dois meses antes, quando venceu a São Silvestre de Viana do Castelo.

A prova feminina foi ganha por Laura Silva, atleta do CD São Salvador do Campo (Barcelos), com o

tempo de 36m10s.

Paralelamente a esta Corrida, realizou-se também a Caminhada de Carnaval, esta com uma extensão de 5 km.

A organização atribuiu prémios aos participantes mascarados no evento, a sua grande maioria na Caminhada. \\José Belo



ANUNCIE AQUI!
apoie o jornalismo livre e independente
geral@nsemanario.pt

Gil Vicente recebeu o Vizela

Dérbi minhoto termina empatado a 1-1, com os golos a surgirem só na segunda parte.

Paulo Folha

O Gil Vicente recebeu sexta-feira passada o FC Vizela, no Estádio Municipal de Barcelos. O duelo, a contar para a jornada 21 da Liga Bwin terminou com divisão de pontos.

Na abertura da jornada 21, foi o FC Vizela a entrar melhor. Os vizelenses dominaram a primeira parte do dérbi minhoto, mas não conseguiram traduzir a quantidade de oportunidades em golos.

Andrew, guardião gilista, agigantou-se, por diversas vezes, para travar as investidas dos atacantes forasteiros, Kiko Bondoso e Osmajic. Quando não houve Andrew, a barra encarregou-se de manter o nulo até

ao intervalo.

Na segunda metade do encontro, a tendência inverteu-se e o Gil Vicente conquistou uma grande penalidade ao minuto 48. No entanto, da marca dos 11 metros, Fran Navarro permitiu a defesa de Buntic. Vítor Carvalho, seis minutos depois, mostrou maior eficácia do que o avançado espanhol e carimbou o 1-0 para os gilistas.

O Gil Vicente foi superior durante toda a segunda parte, mas foi do lado vizelense que a bola beijou as redes. Aos 87 minutos, Kiki Afonso restabeleceu a igualdade no dérbi minhoto e fechou o resultado em 1-1.

Com este empate, o Gil Vicente soma agora 23 pontos e Vizela 26 pontos. Na próxima jornada, os barce-



lenses deslocam-se ao Estádio do Dragão para defrontar o FC Porto. O jogo tem início às 20h30 deste domingo, dia 26.

Distrital Marinhas está vivo e vence “derby” que atrasa ADE na luta pelo playoff

José Belo

No Estádio Padre Avelino Peres Filipe, a equipa do Marinhas conseguiu a terceira vitória com Hugo Meixa, vencendo por 3-1 a AD Esposende de Pedro Simões, com Bruno Alex e Salgado (gp) a fazerem os golos da equipa da casa e João Cardoso (gp), a reduzir para os esposendenses, que perderam mais uma boa oportunidade de chegarem ao 4º lugar, que é agora ocupado pela equipa do esposendense Prof. Rui Vasquinho (GD Prado). Um duro revés de uma equipa que, ao contrário do que tem acontecido nos relvados, com uma notável recuperação na tabela, tem vivido momentos menos bons a nível administrativo, com demissões de alguns diretores e pagamentos em atraso ao plantel.

Na 20ª jornada da Pró-nacional, o líder Forjães passou incólume em SP Arcos, ao vencer por 0-1, com um golo do artilheiro-mor deste campeonato, Joãozinho, que já contabiliza 16 golos.

A duas jornadas do final nesta 1ª fa-

se, o Forjães comanda com 40 pontos, mais dois que o Vieira, ambos já apurados para a fase de subida, estando perto disso o FC Amares com 35 pontos. Depois, para a última vaga, leva para já vantagem o GD Prado com 32 pontos, seguindo-se o Santa Maria com 31 pontos, e ADE e Ninense com 29 pontos. Mais abaixo, o FC Marinhas mantem-se em 11º, mas agora com 15 pontos, tendo na próxima jornada, em caso de vitória em Cabreiros, possibilidade de ficar a apenas um ponto deste adversário. Nessa 21ª jornada, a ADE terá uma chance final de ainda sonhar com o 4º lugar, mas precisa de vencer o já apurado Vieira em casa, esperar a ajuda do Forjães que se desloca a Prado e ainda do Ninense, que tem os mesmos objetivos e vai a casa do Santa Maria.

Na Divisão de Honra, o UD Vila Chã de Ruizinho, depois da derrota em casa do líder, deixou-se empatar em casa com o Desp. São Cosme e caiu para 8º lugar com 24 pontos, já a cinco pontos do São Veríssimo, que é 4º, mas com mais três equipas entre eles. Mas tudo é possível nestas últi-

mas 4 jornadas, com 12 pontos ainda em disputa.

Cumpriu-se a 16ª jornada da 1ª Divisão e o DR Estrelas de Faro foi goleado em casa do CF “Os Ceramistas” por 4-0, descendo para 12º lugar, com os 10 pontos já há muito conquistados pela equipa de Adárico Fragoso, neste regresso de uma equipa que veio alegrar um pouco os amantes da bola palmeirenses e preparar o futuro próximo.



Juniores do FC Marinhas perto da manutenção com ADE a sonhar com a subida aos Nacionais

Referência para os juniores do FC Marinhas, que empataram em casa do SC Vila Real (0-0), mantendo o 3º lugar na fase de manutenção com 27 pontos, para já tranquilo, mas com necessidade de vencer o próximo jogo em casa com o Merelinense, para que a equipa de Rafael Almeida não deixe aproximar Trofense, Limianos e Amarante, já que Mirandela e Vila Real não devem ter chances de ficar nos nacionais, descendo mais uma equipa ou eventualmente duas.

Quem poderá vir a juntar-se ao Marinhas é a AD Esposende, que venceu a 1ª fase de forma imperial, na Divisão de Honra da AF Braga e vai para a 2ª fase com boas chances de tentar a subida aos nacionais.

/Opinião

Jogos Olímpicos Atenas 1896

Dimitrios Loundras
O mais novo atleta olímpico



Ilídio Torres
Membro da Academia Olímpica
de Portugal

Desde os primeiros Jogos Olímpicos, os de Atenas, em 1896, que o Comité Olímpico Internacional foi, gradualmente, ao longo dos anos, revendo a sua orientação, as regras que garantiram a própria sobrevivência do movimento olímpico. Uma delas dizia respeito à idade dos atletas participantes, um problema que, em sintonia, gradualmente, os respetivos países e o COI foram resolvendo através de normas nacionais e internacionais. Assim, nos dois extremos, foi possível detetar atletas uns já de idade respeitável, outros, ainda jovens, crianças mesmo, que participaram em Jogos. Segundo o testemunho sobrevivente, o grego Dimitrios Loundras, com apenas dez anos (e 218 dias) de idade, participou como atleta nesses Jogos Olímpicos de Atenas, em 1896 na modalidade de ginástica, na disciplina de barras paralelas, integrando uma equipa que obteve a medalha de bronze – fazia equipa com Ioannis Mitropoulos, Ioannis Chrysafis e Filippos Karvelas. Dimitrios nasceu no dia 12 de Setembro de 1885 e faleceu a 15 de Fevereiro de 1970) e foi o último sobrevivente dessa equipa grega – era membro do Ethnikos Gymnastikos Syllogos. Desconhece-se o percurso desportivo de Dimitrios após a sua ida aos Jogos Olímpicos. Seguiria a carreira militar, mais propriamente na marinha grega onde chegou ao posto de contra-almirante e participou nas duas Guerras Mundiais.



Assine e divulgue

assine e receba semanalmente o seu jornal.



Nome

Morada

Código - Postal NIF

Tlf.: Email

	Assinatura Papel *
	Portugal [30€] Resto da Europa [70€]
	Assinatura Digital
	Portugal / Resto Europa [20€]

*ao assinar a edição impressa, está incluída a edição digital

/Opinião

Humidade no apartamento do alemão



Gil Nunes

Jornalista Desportivo

nunes.gil@gmail.com

Twitter/Instagram: @gilmoreiranunes

O Benfica venceu o Boavista e cumpriu a sua obrigação, pelo que em termos gerais nada há a apontar. São mais três pontos nas contas do título e o mais importante nesta altura é mesmo não vacilar. A questão é mais de detalhe: com uma primeira parte abaixo das expectativas, os encarnados deram 45 minutos de avanço a um adversário – Boavista – que tem muita qualidade nos seus quadros. Para o Benfica fica o aviso e a lição: um dia destes a coisa corre mal.

O jogo mais importante da época parece ter acontecido em Braga (liga). Em que o Benfica perdeu por três e de forma fácil. Desde esse dia em diante, Schmidt percebeu duas coisas: que a equipa precisava de reforços para adquirir consistência em termos de segundas linhas (algo que tinha ficado evidente perante o Caldas); e que os encarnados facilmente se desintegravam perante superioridade numérica adversária (sobretudo em termos de transição defensiva), pelo que as medidas tinham mesmo de ser drásticas. Trancas à porta (garantir solidez) que o resto (vitória) logo se vê. Nem que seja resolvido com um lampejo de criatividade vindo sabe-se lá de onde.

Com a zona central do miolo densamente povoada – Florentino, Chiquinho, Aursnes e João Mário – o Benfica confere à dinâmica dos corredores um papel preponderante na sua manobra ofensiva. Porventura até demais, tal a previsibilidade que daí pode ser resultante. Depois, com Rafa a imprimir velocidade sempre que o jogo ganha os seus pequenos caos, a eficácia de Gonçalo Ramos no ataque ao espaço é vital em toda a escadaria de vitória. Acontece que, por muito arrojado

que os homens do miolo apresentem ao nível da circulação rápida, certo é que parece sempre faltar largura ao jogo. E, em termos defensivos, também acontece que apesar da hemorragia estar estancada no miolo, há outra debilidade que salta à vista: a vulnerabilidade do Benfica em situações de um contra um pelo lado direito da sua defesa, sobretudo se os extremos contrários forem rápidos e agressivos. Assim aconteceu, por exemplo, no lance do golo axadrezado, com Gorré a não ter grandes dificuldades em ganhar posição e cruzar para a zona certa.

Assim sendo, só na segunda metade é que o Benfica conseguiu dominar o Boavista, muito por culpa de uma substituição que se revelou acertada. Florentino, a quem competia maior eficácia em termos de construção dispensando-se o papel de recuperador, foi prontamente substituído por Neres, algo que gerou uma rentabilidade superior em dois fatores preponderantes do jogo – a criatividade; e também numa maior exploração dos corredores, situação que fez prontamente recuar um bloco boavistense bem organizado. A leitura foi correta: isto porque os axadrezados não estavam a causar muito perigo pela zona central e, valha a verdade, a prudência excessiva pode ter como consequência o arrastamento fatal do nulo no marcador. Ainda assim, apesar da vitória ter sido justa, ela só foi obtida quando o fator talento individual – notável jogada de Gonçalo Ramos – conseguiu entrar em cena. Fez a diferença.

O Benfica não vive um problema de contexto, nem tão pouco tem um problema grave perante mãos. Mesmo que a saída de Enzo represente sempre a perda de uma mais-valia. O Benfica, isso sim, tem um somatório de pequenas “constipações” que não configuram uma situação preocupante se a mesma for devidamente estancada e protegida da astúcia tática alheia. Schmidt percebe todo o contexto e tenta resguardar-se ao máximo: porque, pensando bem (ou mal), já só faltam treze jogos e quem fez 21 com o meu esquadra também aguenta um pouco mais; e, depois, porque o Benfica tem mais talento do que a maior parte das equipas e, mais sábio ou mais atabalhado, há sempre a probabilidade de um coelho sair da cartola e desembulhar um golo de um momento para o outro. E resolver o problema.

Se a saída de Enzo preocupa? Sim. Porque é difícil encontrar tantas características dentro de um só jogador: capacidade para pegar no jogo junto da linha defensiva e também aparecer em zona de finalização. Pressing constante e feito na altura certa. Ligação efetiva entre setores e velocidade de execução fazem dele uma perda importante. Seja como for, Chiquinho não é propriamente inábil: pequenos movimentos que conferem vantagens indiretas aos colegas e muita inteligência na leitura de jogo (sobretudo defensiva), que dão solidez permanente a um Benfica que vai resolvendo os seus pequenos dilemas em direção ao título. Mas a Liga dos Campeões pode fazer das suas: que o diga Sérgio Conceição – jogar com poucos dias de intervalo aumenta significativamente o risco de lesão. E tal resolve-se com banco pronto a responder à altura!

JORNAL SEMANÁRIO
NOTÍCIAS
ESPOSENDE
BARCELOS

GAIA
SEMANÁRIO

#informacaoemfiltros



Novo álbum dos Glockenwise celebra as origens da banda barcelense

Os Glockenwise editaram na passada sexta-feira “Gótico Português”, álbum no qual a banda de Barcelos faz um exercício de reflexão e autoavaliação, celebrando o local de onde vem, “com um pé na margem e outro no centro”.

Redação/Lusa
redacao@semanario.pt

Segundo o vocalista da banda, Nuno Rodrigues, o título do álbum “vem de uma referência direta ao 'American Gothic', Gótico Americano, género literário e artístico, por assim dizer, que tem que ver com fenómenos de bizarria e aquilo que acontece na margem, onde o estrato do Estado não é tão presente nem tão vincado e as coisas operam de um modo mais estranho, e em que há uma fluidez entre as soluções práticas e as metafísicas”.

“Encontramos muito disso na margem em Portugal. Encontramos Santos Populares, barristas que fazem figurado imaginário, como a Rosa Ramalho, e sobretudo populações onde a carência de meios não as impediu de encontrar soluções, sejam elas materiais ou metafísicas, para as suas vidas, das bênçãos da Alexandrina Salazar, uma santa popular, até às bandas DIY [Do It Yourself] que se formam nas pequenas cidades e que misturam estas identidades”, disse.

Para Nuno Rodrigues trata-se de um “imaginário muito rico e muito bizarro, nalguns sentidos, um espaço mental e estético que só existe fora dos grandes centros, num Portugal que tem que se reinventar, todos os dias”.

É desse Portugal que vêm os Glockenwise, banda minhota criada em 2006 por um grupo de quatro adolescentes, que não sabiam tocar ou cantar.

“Começámos a fazer música para querer sair de Barcelos e alcançar coisas que achávamos que não seria possível”, recordou Nuno Rodrigues.

Em 2009 editaram o EP de estreia e dois anos depois o primeiro álbum, “Building Waves”. Seguiram-se “Leeches” (2013), “Heat” (2015) e “Plástico” (2018).

Ao longo dos anos foram começando a sentir “o peso da centralidade”: “Tens um disco, tens de ir a Lisboa dar entrevistas e concertos, os nossos empregos dependem de estarmos no Porto ou numa cidade grande. Começamos a perceber o quão limitante isso é em formas de expressão. Na margem encontramos formas de resiliência, de arregaçar as mangas, que olhamos com algum carinho, porque foi por isso que nós acontecemos. [Foi] dessa vontade de superar alguns limites à partida impostos que saímos de Barcelos”

Nuno Rodrigues fala de empregos, porque nenhum dos elementos da banda consegue viver apenas da música que faz. “É completamente um 'la-

bour of love' [trabalho de amor, em português]. Encaramos sempre isto como a nossa namorada mais antiga, porque estamos com ela desde os 15/16 anos. É assumido com a responsabilidade e a seriedade que um trabalho tem, mas apenas porque é fundamental para a nossa identidade e para o nosso bem-estar”, contou.

A identidade dos Glockenwise é algo muito presente em “Gótico Português”. “É um disco sobre essa nossa identidade, de quem está na meia distância, com um pé na margem e outro no centro, muitas vezes sem saber bem aonde é que se pertence”, disse.

De todos os álbuns já editados, este “é o que está mais preocupado em fazer um exercício de reflexão e de autoavaliação, de procura de identidade e de apreciação desta outra identidade que existe para lá” da banda e de onde ela vem. Identidade essa que “é formativa, inspiradora e dinâmica”.

“Isso força-nos a tentar perceber, depois de muito tempo a relegar para lugares menos importantes, a real importância desse espaço”, afirmou.

A identidade destes “miúdos minhotos”, já nos 30 anos, traduz-se no álbum “liricamente e esteticamente, ao nível visual”, mas não em termos sonoros.

“Somos uma banda de 'art rock', 'pop rock', 'garage rock', como lhe quiserem chamar, e exploramos outras texturas desse tipo de sonoridades, influenciadas por este lirismo. Aí também o 'gothic'. Eu diria que há mais uma influência direta das linguagens do rock gótico de décadas passadas do que uma influência direta da música tradicional portuguesa, que é algo que não é o nosso lugar estético, nem pretendemos que seja, nem achamos que seja necessário usar isso para se poder falar de Portugal”, afirmou.

Ceramista Rosa Ramalho patente no disco

“Gótico Português” inclui oito temas e três pedaços de uma entrevista “maravilhosa” da ceramista Rosa Ramalho, barcelense e um “ícone óbvio” que a banda “tinha de abordar” neste álbum.

A entrevista, “que deita por terra perspectivas do que é o português provinciano e o que é que ele procura, ou precisa”, encontraram-na nos arquivos online da RTP.

“Temos ideia da terrinha e das pessoas que adoram a terrinha, e temos a Rosa Ramalho a dizer que adora Lisboa e que se pudesse morava em Lisboa, mas em Lisboa não dá para fazer barro. Tam-



bém contesta o galo de Barcelos. Diz que acha mais bonito o criado por Picasso do que o galo de Barcelos. Tem tudo haver connosco, com esta maneira de poder olhar criticamente para aquilo que somos e o que nos formou”, referiu Nuno Rodrigues. As letras de “Gótico Português” são todas da autoria do vocalista, à exceção de “Água morrente”, um poema do poeta simbolista Camilo Pessanha, que a banda achou que “seria adequado para este disco, que está cheio de símbolos e de semiótica”. Este é o primeiro álbum da banda em edição de autor. “Nesta fase achámos interessante podermos ser nós a lançar o disco, porque hoje é muito mais fácil para os artistas poderem fazer as suas próprias edições”, disse Nuno Rodrigues. Embora seja uma edição de autor, o álbum sai com o selo da Vida Vã, editora criada pelos elementos dos Glockenwise.

“Não é algo a que queiramos dar muito ênfase, porque não estamos a assumir como um projeto editorial muito sério. A ideia foi 'já que estamos a ser nós a lançar o disco, porque não aproveitar e dar-lhe uma espécie de selo, que possamos eventualmente mais tarde aproveitar para lançar outras coisas?'. Pode ou não acontecer, mas achamos que seria interessante poder criar esta entidade para acolher e dar o selo ao disco”, explicou.

Os concertos de apresentação de “Gótico Português” estão marcados para 12 de maio em Lisboa, na Culturgest, e 20 de maio em Braga, no gnrati-on.

Entretanto, a banda tem concertos marcados este sábado no Courage Club, em Guimarães, no dia 24 de março no Carmo 81, em Viseu, em 25 de março no Gretua, em Aveiro, e a 1 de julho no Plano B, no Porto.